

Economista pede mais clareza sobre medidas

Campinas/SP — As principais medidas que compõem o choque econômico programado por Collor de Mello precisam ser colocadas mais claramente pela equipe do novo governo para restabelecer as referências mínimas dos agentes financeiros. Esta é a opinião dos economistas do Centro de Estudos de Conjuntura, órgão do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), de onde saíram vários colaboradores do governo Sarney, todos com participação efetiva nos planos econômicos, e que agora deverão ficar à margem da administração Collor de Mello. A nova equipe de governo é mais chegada à USP, de cujos bancos acadêmicos saiu Zélia Cardoso de Mello, principal assessora do presidente eleito.

As medidas já anunciadas não produzirão resultado prático caso o novo governo não encare problemas como a liquidez da dívida interna e a dívida externa, advertem os economistas da Unicamp. “O problema é que ainda não se vislumbra no novo governo o enfrentamento de causas estruturais”, destaca Fabrício Augusto de Oliveira, diretor do Centro. Ele acha estritamente necessários o alongamento do perfil da dívida interna e a definição da política de tratamento à dívida externa para o programa de estabilização econômica.

Fabrício Oliveira considera a iminente recessão “aceitável”, desde que seja parte de um programa

industrial e de crescimento do País a longo prazo, embora reconheça sua necessidade para colocar a demanda nos níveis adequados. Para ele, é fundamental que se criem condições para a indústria calcular seus preços e, assim, refrear a remarcação preventiva que já se tornou comum no mercado.

Reformas

Para o economista da Unicamp, “sem um programa claro do próximo governo, a instabilidade econômica vai continuar e tende a aumentar diante da situação atual de hiperinflação reprimida”. Oliveira questiona o sucesso da reforma fiscal apregoada por Collor de Mello, que se baseia no combate à sonegação, aumento de IPI e redução de incentivos e subsídios. O diretor do Cecon considera muito difícil o combate eficaz à sonegação e adverte que o aumento do PIB carrega o risco de ser repassado ao consumidor, alimentando a espiral inflacionária. A expectativa de Collor em retirar do empresariado US\$ 17,6 bilhões com essas medidas, somadas à redução dos incentivos e subsídios, também é questionável, na opinião do economista, porque “o cálculo está sendo feito sobre bases não garantidas”.

O diretor do Centro de Estudos da Conjuntura da Unicamp considera também necessário um plano para corrigir o impacto do reajuste de tarifas, outra medida anunciada pela equipe econômica do futuro governo.

☐ Fora do PMDB

A vice-governadora de Minas, Júnia Marise, anunciou, em Belo Horizonte, que, dentro de 30 dias, oficializará sua saída do PMDB. Filiada ao partido há 20 anos, a vice-governadora, que coordenou a campanha de Collor no Estado, acusou a Executiva Nacional peemedebista de estar equivocada ao se posicionar como oposição ao presidente eleito e prometeu levar com ela um “grande grupo político”. Júnia disse que irá consultar Collor para decidir se se filiará ao PRN ou se fundará uma nova legenda: “A Executiva vem cometendo equívocos e, ao se declarar oposição, age de maneira prematura.

☐ Sem reuniões

Os três assessores do presidente Fernando Collor de Mello que estão descansando no Hotel de La Tremoille, em Paris, embarcarão de volta ao Brasil ainda hoje. São eles o jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva, o líder do PRN na Câmara, Renan Calheiros, e o deputado estadual de Alagoas Cleto Falcão. Por telefone, Cláudio Humberto garantiu que eles não participarão de qualquer reunião até quinta-feira em Brasília.

“Não daria nem tempo”. De Paris ao Rio de Janeiro são 10 horas de voo em aviões de carreira e há, ainda, o percurso Rio-Brasília. Assim, a previsão é de que só desembarquem em Brasília na quinta ou sexta-feira.